

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.572 - PR
(2019/0323901-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : KIMALHAS COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA
ADVOGADOS : LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES - PR034955
MARCELO DE SOUZA SAMPAIO - PR078156
CARLA DE SOUZA DE MORAES BEBBER - PR089974
EMBARGADO : ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : AUDREY SILVA KYT E OUTRO(S) - PR044763

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por KIMALHAS COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante:

Entretanto, MM. Ministro, verifica-se que a v. decisão embargada foi proferida com erro material formal tendo em vista que houve prequestionamento pela EMBARGANTE através de embargos de declaração, FLS.279/302.e-STJ, que assim ficou “expressamente” consignado às FLS. 301.e-STJ(...)- fl. 432.

[...]

Ademais, pela EMBARGANTE, foi realizado o devido cotejo analíticos em todos os pontos do recurso demonstrando expressamente a similitude fática entre a fundamentação do acórdão da 3ª Câmara Cível do TJPR com a divergência com outros tribunais, em especial com a jurisprudência dominante do e. STJ, onde ficou demonstrada a divergência de interpretação de Lei, expressamente demonstrado e indicados os dispositivos de Lei tidos como violados, OU SEJA, Art. 40, §1º, ART. 50 e Art. 26, ambos do DL 7.661/1945, Lei Complementar n.º 118/2005, ART. 174, parágrafo único, inciso I, do CTN; Súmula n.º 436, do e. STJ, como TAMBÉM a divergência do acórdão recorrido com os julgados dos Tribunais Pátrios, conforme pode ser verificado junto às do Recurso Especial (fl. 435)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente